



Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Escola de Química e Alimentos (EQA)

Curso de Química - Licenciatura

"EDEQ - 37 anos: Rodas de formação de Professores no Ensino de Química."

Educação inclusiva e a realidade escolar em uma escola estadual de Ensino Médio

Ana P. Graebin²(IC), Ana P. B. Silveira²(IC), Betieli B. Brasil²(IC), Luana Melo²(IC), Márcia T. Rodriguez²(IC), Simone P. Cunha¹(FM)* Lisandra Catalan do Amaral (PQ)¹.

monepc2004@yahoo.com.br, lisandra.amaral@puers.br

Palavras-chave: inclusiva, Formação de professores, Inclusão escolar.

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo identificar as possibilidades de trabalhar com um processo inclusivo no ensino regular da Educação Básica. O campo de desenvolvimento da pesquisa foi realizado em uma escola estadual de ensino médio no município de Porto Alegre, RS. A escolha da escola decorreu do aumento de matrículas de alunos incluídos no ano de 2017 e da necessidade de compreender se este aumento acarretou em mudanças na ação docente. Assim buscamos identificar as possibilidades de trabalho realizadas pelos professores da escola partindo das suas concepções sobre a educação inclusiva. Para realização de um diagnóstico sobre o perfil docente utilizamos entrevistas que contemplavam questões relativas a prática docente e sobre os processos inclusivos. Também foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a educação inclusiva na realidade escolar. Por meio da análise das respostas, observou-se que a maioria dos professores entrevistados tem pouco conhecimento sobre a legislação, aponta o processo de educação inclusiva como uma realidade difícil para o docente e identificam que o aluno incluído ainda fica a margem da turma com muita dificuldade de acompanhar o que está sendo trabalhado.

Introdução

Entende-se inclusão como inserir, tomar parte, abranger a todos o direito à educação e à cidadania. Todos pertencem à sociedade e participam como sujeitos de direitos e deveres. Entre esses direitos, está o acesso à educação independente de suas limitações ou diferenciações [5].

A proposta de construção de um sistema educacional inclusivo na realidade brasileira encontra-se amparada legalmente e em princípios teóricos fundamentados em ideais democráticos de igualdade, equidade e diversidade [8]. Do ponto de vista educacional, o processo de inclusão deve ser capaz de atender a todos, indistintamente, incorporando as diferenças no contexto da escola, o que exige a transformação de seu cotidiano, e certamente, o surgimento de novas formas de organização escolar, inovadoras e comprometidas com uma nova forma de pensar e fazer a educação [9].

A transformação da escola passa obrigatoriamente por um processo de formação e educação continuada dos professores, os quais são fundamentais para a construção e inclusão escolar [7]. Entre as ações de formação dos professores destacam-se: a diferenciação do ensino, a parceria entre profissionais do ensino regular e da educação especial, mudanças de atitudes e o reconhecimento da diversidade [10].

Para assegurar e garantir que todos os estudantes tenham ricas experiências de aprendizagem, relevantes e adequadas as suas características individuais e diferenciadas, há necessidade de flexibilizar a proposta curricular, especialmente no caso de estudantes que apresentem necessidades específicas. As

FURG, 09 e 10 de novembro de 2017.



adaptações curriculares devem ser entendidas como mais um instrumento que auxilia no processo ensino-aprendizagem, particularmente importante para os estudantes incluídos. Manjón [6] cita o conceito elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência da Espanha (1992):

Quando se fala de adaptações curriculares se está falando, sobretudo e em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação dos docentes e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno (...) fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões a respeito do que os estudantes devem aprender, como e quando, e qual é a melhor forma de organizar o ensino de modo que todos saiam beneficiados.

A inclusão não é um ato espontâneo, exige disposição de encarar o desafio de conviver com a heterogeneidade, tendo o diferente não como inferior, mas admitindo novas possibilidades; considerando o diferente como autor da sua própria trajetória, e deixar-se modificar por esta convivência, sabendo que, nesta relação de alteração, cada um tem uma contribuição que pode servir de apoio para o próximo passo em caminho ainda pantanoso. A presença de um estudante com deficiência na escola deve garantir-lhe estar integralmente envolvida e também possibilitar a seus colegas um crescimento em relação a sua visão sobre as diferenças, bem como a postura qualificada de convivência com elas [5].

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) tem exercido uma ação efetiva, desenvolvendo programas, tais como Programa Educar na Diversidade, que objetivam a transformação de sistemas educacionais em âmbito estadual e municipal para que as escolas que os integram possam ser positivamente qualificadas para o trabalho na diversidade [1].

Este trabalho, realizado por bolsistas e professor supervisor do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) /Faculdade de Química PUCRS, em Escola Estadual de Ensino Médio, localizado no município de Porto Alegre, propõe analisar a percepção e as vivências dos professores sobre a educação inclusiva e a realidade em sala de aula. Ao todo foram distribuídos 40 exemplares, destes, obtivemos um total de 28 devidamente respondidos e identificados. Os professores entrevistados pertencem a diferentes áreas: ciências da natureza, linguagens, matemática, ciências humanas, supervisão escolar e orientação escolar.

Materiais e Métodos

Na primeira etapa do trabalho, realizou-se um levantamento bibliográfico a com o intuito de mapear as pesquisas sobre a e a educação inclusiva no ensino regular, questões sobre legislação, e principalmente buscou-se identificar práticas docentes como relatos de experiências que envolveram a educação inclusiva. Desta forma atribuímos especial atenção a ensaios e relatos de pesquisa voltados para a ação docente e os processos inclusivos.



A segunda etapa do trabalho, com a finalidade de realizarmos um diagnóstico a respeito do perfil docente elaboramos uma entrevista com professores do ensino médio de uma escola no último ano aumentou o número de matrículas de estudantes incluídos segundo as características indicadas na legislação. Ao todo 40 instrumentos foram distribuídos para os professores responderem de acordo com suas concepções a respeito do tema, suas realidades e experiências a fim de analisar os conhecimentos e posicionamentos sobre os questionamentos relevantes para assumir um processo de educação inclusiva. As entrevistas seguiram um roteiro contendo 3 categorias: I- identificação do professor; II- quanto à formação acadêmica do professor e III- quanto à prática em sala de aula.

As respostas foram analisadas e categorizadas. Todas as respostas foram debatidas no grupo de pesquisa para o entendimento da atual situação na escola. Após, foi realizada reunião com todos os entrevistados e o grupo de pesquisa, onde foram discutidos e apresentados todos os resultados obtidos, a fim de revelar aos participantes a importância e valorização da educação inclusiva que é uma realidade da escola em que atuam como docentes. Nesta ocasião, foi discutido também a questão da inclusão *versus* integração, conceitos ainda bastante confuso para muitas pessoas. Segundo Costa Renders [3] e Cerigoni [2]: integração está relacionada ao modelo médico e dá ênfase à deficiência propriamente dita. E inclusão é a caminhada da sociedade em direção à pessoa com deficiência, a fim de reconhecê-la como sujeito de direitos. Para fins de apresentação e análise de dados, as respostas foram analisadas e serão apresentadas em termos de porcentagem para uma melhor compreensão da situação.

Resultados e Discussões

Em relação à identificação dos entrevistados, 75% dos professores entrevistados possuem idade acima de 40 anos, 82% são do sexo feminino e aproximadamente 40% trabalham no magistério a mais de 20 anos, isto é, nota-se que se trata de uma escola com um corpo docente que está na escola a muito tempo e acompanhou muitas gerações e teoricamente também passou pelas transformações que ocorreram no processo educativo. A base do corpo docente é composta por professores relativamente experientes, o que pode justificar algumas respostas obtidas.

Quanto à formação acadêmica, tendo em vista que a maioria dos professores entrevistados possui um longo tempo de magistério, a maioria (70%) justificou não ter capacitação para trabalhar com alunos incluídos, já que na época em que cursaram a graduação não havia a preocupação de educação inclusiva. Em relação a algum tipo de especialização, apenas 10% dos entrevistados estão realizando capacitação na área de educação inclusiva e afins. Com estas respostas identificamos que parte do perfil docente entrevistado considera apenas a sua formação inicial, indicando que no tempo de graduação esta abordagem não era realizada. Aqui há um indicativo de que a formação continuada precisa acontecer dentro das escolas e não apenas nas Universidades, Congressos, Fórum externos. As necessidades do corpo docente emanam das dificuldades encontradas nas



escolas, assim precisamos investir nas reuniões, debates, leituras de textos, grupos de estudos de professores sobre os problemas da escola.

Quanto à prática em sala de aula, um dos questionamentos foi em relação ao conhecimento da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), onde 50% dos entrevistados sabem que existe uma legislação, mas não estudaram o documento na íntegra. Por meio das justificativas foi possível observar que entre os entrevistados 95% conhecem superficialmente a legislação e deste percentual 82% dos professores entrevistados ministram aulas em turmas com alunos incluídos. Este dado é muito importante, pois indica este grupo de professores assume uma prática pedagógica que envolve estudantes incluídos sem conhecer e estudar a legislação, que neste caso, é um instrumento de trabalho que pode contribuir com a prática docente.

Aproximadamente 80% dos professores que participaram da pesquisa não acreditam na educação inclusiva da forma como está ocorrendo nas escolas. Dentre as justificativas apresentadas para esta questão os professores indicam que a inclusão na prática é realizada apenas como inserção social, não havendo um momento para planejar e estudar sobre estratégias para trabalhar com os estudantes a ponto de desenvolver uma aprendizagem conforme os planejamentos de cada componente curricular. A maioria das justificativas dos professores entrevistados sinalizam à falta de formação na área e informações sobre as necessidades dos alunos incluídos. Sobre as respostas obtidas a respeito do desenvolvimento da cognição do aluno incluído, 60% acredita que não ocorre e que o processo de avaliação não está bem claro e definido.

Em relação à disponibilidade de horário para preparar aulas/atividades específicas para os alunos incluídos, aproximadamente 80% respondeu que não possui, visto que estas atividades demandam mais tempo de elaboração, pois é necessário pesquisa e estudos para a aplicação e também pelo fato de variar conforme a necessidade de cada aluno. Dos professores entrevistados, 47% dos utilizam metodologias e avaliações diferentes com os alunos incluídos, tendo como justificativa não ser possível avaliar o desenvolvimento destes da mesma maneira que os alunos não incluídos. Segundo um dos entrevistados: *"Sempre que possível faço avaliações diferenciadas utilizando figuras, desenhos e associações."* Em contrapartida, outro professor mencionou: *"Como não recebo informações sobre o tipo de necessidade de cada aluno, utilizo a mesma avaliação para todos."* Logo, a falta de informação sobre os alunos com necessidades especiais matriculados na escola é um problema da gestão escolar. Isto pode desencadear um processo de inclusão ilusório, visto que dificulta o planejamento e execução das atividades em sala de aula. Segundo um dos professores entrevistados: *"O Setor de Orientação Escolar (SOE) e o Setor de Orientação Pedagógica (SOP) não divulgam os laudos que possuem, como também não solicitam aos responsáveis pelo aluno suas reais dificuldades ou deficiências."* Neste caso os diagnósticos certificados por laudos médicos realmente não podem circular pela escola a fim de não expor o estudante. No entanto, o professor precisa de orientações fundamentadas a respeito de cada caso e discutir e construir junto com os setores responsáveis as estratégias e alternativas para o trabalho. Este também deve ser acompanhado pelos setores. Em



reconhecimento às características e necessidades dos estudantes e movidos pela necessidade do estudante e do professor é fundamental desenvolvermos as potencialidades por meio de uma ação docente que contemple todos os estudantes, pois nenhum estudante independente das suas necessidades deve ser excluído do direito participar, mas sobretudo de aprender.

Na entrevista houve um espaço para que estes se posicionassem e expressassem suas opiniões. De maneira geral, o clamor dos professores é de que é possível realizar a inclusão, mas se não houver condições e recursos para planejamento e execução de atividades específicas para os alunos incluídos, bem como a formação de professores para esta área, o acesso a informação sobre cada aluno incluído, não será possível oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos. Não se pode mascarar e fazer de conta que estamos ensinando, visto que o professor tem papel de formar pessoas como cidadãos, sem esquecer que estamos lidando com seres humanos distintos em suas individualidades.

Diante do cotidiano apresentado nas escolas, alguns professores indicaram que estão desanimados com estas situações, o que gera em estagnação, descontentamento e que contamina o ambiente escolar. Por outro lado, há professores que decidem fazer a diferença, conscientes da importância do papel que desempenham e que, além de pedagógico, é também político e social. Estes, reconhecendo as diferenças existentes entre os alunos, procuram rever suas práticas pedagógicas em sala de aula, buscando ensinar a todos, tornando a escola um espaço de aprendizagem e de participação de todos, com todos e para toda a vida. Um espaço inclusivo de fato. Um espaço onde todos são bem-vindos, reconhecidos em suas diferenças e valorizados como sujeitos de potencialidades, com direito de aprender em benefício da melhoria da qualidade de suas vidas e para se tornarem cidadãos contributivos na sociedade. Em contrapartida, das dificuldades encontradas na maioria das escolas e pela maioria dos professores, na própria escola tem-se como exemplo atividades planejadas e aplicadas pelo Projeto PIBID Química em conjunto com uma das professoras de química, demonstrando um caminho possível de ser trilhado. Este envolve a formação inicial, com licenciando e continuada dos supervisores sendo possível em parceria com a Universidade promover espaços de estudo, diálogo, planejamento a ponto de realizar atividades inclusivas de acordo com as necessidades dos estudantes incluídos. Tais atividades aplicadas em uma turma do Ensino médio oportunizaram momentos de construção coletiva entre estudantes, professores e licenciandos revelando que é possível trabalhar com a Educação inclusiva desde que assumimos uma postura investigativa, para buscar soluções para o planejamento e coletiva onde nenhuma estratégia foi construída e aplicada individualmente.

Considerações Finais

Com este trabalho buscamos identificar de que forma ocorre a Educação inclusiva em uma escola pública pelo olhar do docente. Certos de que precisamos trilhar muitos caminhos ainda pouco conhecidos, mas também precisamos pensar no que realmente é desenvolvido na prática e de que forma. Assim este trabalho revela



a realidade do corpo docente de uma escola, mas esta pode se repetir em outras, visto que muitos docentes atuam em mais de uma escola. A intenção aqui não é apenas apontar fragilidades mas oportunizar uma reflexão do que pode ser feito. Assim precisamos viver a inclusão com os deficientes, eliminar barreiras para oportunizar igualdade a todos. Queremos, sim, uma escola para todos, mas uma escola que além da presença física assegure e garanta aprendizagem e participação. A proposta de educação inclusiva entendida como uma inovação que garanta o direito à educação de todos é, de fato, desafiante, implica inúmeras ações para sua efetivação e abre algumas perspectivas à educação escolar. Como se pode observar através do instrumento de entrevista aos docentes, a maioria dos professores entrevistados não acredita no processo de educação inclusiva que ocorre na realidade, e que o aluno incluído não possui sua cognição desenvolvida ao participar de uma turma de ensino regular. Foi observado também que a maioria justificou não ter capacitação para trabalhar com alunos incluídos, e que a minoria dos professores possui capacitação na área, talvez este seja o fator de maior impacto na pesquisa. Com isso, os docentes não preparam atividades inclusivas já que não recebem informações sobre as deficiências e dificuldades de seus alunos. Assim, o desejo de educação inclusiva como um espaço de educação a todos, independente de suas limitações, fica apenas no sonho. Sonho este que se alimenta a cada dia, na esperança por políticas pedagógicas adequadas para o bem da educação.

O aluno é o sujeito do processo ensino e de aprendizagem. Suas diferenças individuais, traduzidas como diferentes características e necessidades pessoais, devem ser conhecidas e respeitadas para a organização do ensino, objetivando a qualidade da aprendizagem.

O espaço educacional escolar será inclusivo, não apenas pela presença física dos sujeitos, como os estudantes; muito menos se sua intencionalidade educativa estiver centrada no rendimento, conteúdo curricular, ou em atividades de aprendizagem que não consideram as diferenças individuais porque assumem uma abordagem homogeneizadora. A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não "expulse" estudantes com "problemas", uma escola que enfrente, sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características de seus estudantes [1].

Referências bibliográficas

1. CARVALHO, R. E. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 3ed. Editora Mediação. Porto Alegre. 2010.
2. CERIGONI, F., N.; RODRIGUES, M. P. Deficiência: uma questão política? Editora Paulus. Coleção Questões Fundamentais do Cotidiano. São Paulo. 2005.
3. COSTA-RENDERS, E. C. Educação e espiritualidade: pessoas com deficiência, sua invisibilidade e emergência. Editora Paulus. São Paulo. 2009.



Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Escola de Química e Alimentos (EQA)

Curso de Química - Licenciatura

"EDEQ - 37 anos: Rodas de formação de Professores no Ensino de Química."

4. DANTAS, L. M.; BASTOS, A. R. B.; FERREIRA, C. C.; TEIXEIRA, R. L.; DIAS, S. F. Diagrama tátil de Linus Pauling e Diagrama em 3D: recursos pedagógicos produzidos a partir de vias alternativas para o ensino de alunos com DV. 36 EDEQ, 2016.
5. DANESI, M. C.; TIM, E. Z. Caminhos da educação inclusiva: práticas, princípios e desafios. Editora EDIPUCRS. Porto Alegre. 2013.
6. MANJON, D. G. Adaptaciones curriculares: guia para su elaboracion. Málaga: Aljibe, 1995.
7. MENDES, E. G. Construindo uns "lócus" de pesquisa sobre inclusão escolar. Temas em educação especial: avanços recentes. EDUFSCAR. São Carlos. 2004.
8. OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico, Ensaio: aval. Pol. Publ. Educ. Rio de Janeiro, v.15, n.57, p.511-524, 2007.
9. OLIVEIRA, A. A. S. Formação de professores em educação especial: a busca de uma direção. EDUFSCAR. São Carlos. 2004.
10. VELTRONE, A. A., MENDES, E. G. A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental. Congresso de Pós-Graduação. Anais de Eventos da UFSCAR. São Carlos, v.13, 2007.